política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Taxação do vinho



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

O deputado federal gaúcho Afonso Hamm (PP, foto) subiu o tom contra o governo federal após a edição de uma Medida Provisória (MP) que taxa os vinhos e espumantes em 8% por meio do novo Imposto Seletivo. O parlamentar classificou a cobrança como "inadmissível" e prometeu forte resistência no Congresso Nacional. "Não aceitarei que a reforma tributária prejudique quem produz legalmente, gera empregos e sustenta milhares de famílias", afirmou o parlamentar. Segundo Hamm, o setor vitivinícola já lida com altos custos de produção e sofre diariamente com a concorrência desleal do contrabando e do descaminho, o que torna inviável absorver qualquer aumento na carga tributária.

Fim do embargo avícola

O Uruguai retomou a importação de produtos avícolas do Brasil, encerrando a última restrição comercial de abrangência nacional contra o País após a confirmação de um foco da doença de Newcastle em Santa Catarina, no mês passado, de acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária. O governo brasileiro conseguiu reverter o embargo total em apenas 19 dias - em 2024, após um caso semelhante no Rio Grande do Sul, o processo de liberação levou 74 dias. Com a decisão uruguaia, as limitações impostas pelo mercado internacional ficam restritas apenas ao estado catarinense, o que afeta cerca de 3% (15 mil toneladas) da média mensal de exportação do setor.

Proibir publicidade eleitoral na internet

Os deputados federais Tarcísio Motta (RJ), Duda Salabert (MG) e a gaúcha Fernanda Melchionna, da bancada do PSOL, apresentaram uma proposta para proibir o impulsionamento pago de conteúdo eleitoral na internet, tanto na campanha oficial, quanto na pré-campanha. O texto veda a contratação de serviços que confiram aumento de alcance, frequência de exibição ou posicionamento privilegiado nas redes sociais e em resultados de busca. Os parlamentares argumentam que a possibilidade de pagar por alcance amplia a desigualdade financeira entre as candidaturas e permite que as grandes empresas de tecnologia, por meio de seus algoritmos, interfiram ativamente nas disputas eleitorais.

Foco na Metade Sul

Advogado tributarista e empresário da construção civil, Marciano Perondi (PL) assume seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados em 2027 com a promessa de priorizar o desenvolvimento da Metade Sul gaúcha e o combate ao aumento de impostos. Eleito com quase 74 mil votos - a grande maioria em Pelotas, onde por pouco não venceu a disputa pela prefeitura em 2024 - o parlamentar afirma que usará sua experiência na iniciativa privada para monitorar de perto a implementação da reforma tributária. O objetivo é evitar que as novas regras resultem em mais burocracia, elevação da carga tributária e encarecimento da moradia. Alinhado ao governador eleito do Rio Grande do Sul, Luciano Zucco (PL), Perondi promete fazer oposição dura a qualquer nova tentativa de elevação de tributos pelo governo federal.

Crescimento do emprego no turismo

O setor de turismo no Rio Grande do Sul registrou crescimento de 4% no número de empregos formais entre setembro de 2023 e setembro de 2026, segundo levantamento do Ministério do Turismo. O Estado passou de 116.622 para 121.297 trabalhadores com carteira assinada nas atividades turísticas, um acréscimo de 4.675 vínculos no período.

PGR solicita arquivamento do inquérito das fake news

Processo tem mais de sete anos de tramitação na Suprema Corte

/ STF

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu nesta segunda-feira o arquivamento do inquérito das fake news. A manifestação abre o caminho para que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, encerre um dos capítulos mais controversos da história recente da Corte.

Aberta em 2019, a investigação se tornou um dos principais instrumentos de poder do Supremo e, sobretudo, do ministro Alexandre de Moraes, que a usou para mirar aliados de Jair Bolsonaro (PL) e acumular influência dentro e fora do tribunal. Agora, segundo interlocutores, Fachin quer dar um fim ao caso o quanto antes.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o inquérito mãe e suas ramificações resultaram em apenas oito denúncias apresentadas pela PGR e efetivamente ligadas à motivação inicial da investigação: crimes de injúria, calúnia, difamação ou ameaças a ministros do STF, em um amplo universo de procedimentos iniciados por Moraes - inclusive de ofício, ou seja, sem pedido do Ministério Público.

Apenas o inquérito inicial, de número 4.781, soma cerca de 12 mil páginas. Segundo pessoas a par do caso, boa parte do material é de prints de redes sociais, reportagens, depoimentos e quebras de sigilo, que incluem dados bancários e telemáticos.

Não são públicas ainda informações sobre quantas investigações foram abertas, quais foram os alvos, quantos têm foro especial no STF para justificar a tramitação na corte, quantas medidas cautelares foram determinadas "como bloqueio de bens, de redes sociais, proibição de deixar o país", quais ataques ao STF foram comprovados.

Judiciário pede extra de R$ 533 milhões para penduricalhos

A Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Conselho da Justiça Federal (CJF) pediram ao governo a abertura de crédito extraordinário de R$ 533 milhões para custear despesas com verbas indenizatórias, os chamados penduricalhos.Na última sexta-feira, a Advocacia Geral da União (AGU) enviou petição aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin, Flávio Dino e Alexandre de Moraes, relatores de ações sobre a legalidade desses benefícios, que permitem ganhos superiores ao teto salarial do funcionalismo público, de R$ 46,3 mil. Parte desses valores são livres de impostos.

O pedido é para a concessão de recursos sem previsão na Lei Orçamentária Anual, aprovada em janeiro deste ano. Com a criação de novos penduricalhos, o Judiciário passou a precisar de R$ 208,9 milhões e o Ministério Público Federal, R$ 324 milhões. Esse déficit foi gerado a partir de decisão do próprio STF que reinstituiu o quinquênio, um adicional de 5% a cada cinco anos limitado a 35% do salário base.

PF investiga ameaças contra deputada eleita pelo PT

/ POLÍCIA FEDERAL

A Polícia Federal (PF) investiga ameaças sofridas pela deputada federal eleita Ana Elisa (PT-MG), que foram divulgadas por ela em suas redes sociais. A corporação informou neste domingo que já iniciou diligências e solicitou cooperação policial internacional para tentar identificar os responsáveis. A investigação é conduzida pela delegacia da PF em Divinópolis (MG), com apoio da Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos, especializada na apuração de crimes cometidos por meios eletrônicos.

Em vídeo nas redes no sábado, Ana Elisa divulgou um e-mail com ameaças de morte e estupro, além de ataques racistas e misóginos. A mensagem, segundo ela, é uma das diversas intimidações que passou a receber na campanha. Ao ler o conteúdo, afirmou que aquele era o email mais leve que havia recebido.

A publicação foi uma resposta às críticas feitas pela influenciadora Natássia Chamelete ao fato de Ana Elisa utilizar escolta policial 24 horas por dia. A deputada eleita negou ser contrária ao policiamento e afirmou que sua posição é contra a violência praticada por policiais. "Eu sou contra violência policial, que é uma coisa completamente distinta."

Ana Elisa também relatou que as ameaças comprometeram sua liberdade e privacidade. Segundo ela, a residência onde mora com a família precisou receber reforço na segurança, com instalação de câmeras e serpentinas. "Me candidatei, ganhei uma eleição e, desde então, perdi a minha liberdade." A deputada eleita disse ainda que gostaria de poder frequentar lugares públicos sem depender de escolta. Segundo a PF, as medidas incluem diligências especializadas e pedidos de cooperação com autoridades estrangeiras.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM/JC



Em vídeo nas redes sociais, Ana Elisa divulgou e-mail com ataques